

# O que mudou

31 JUL 1983

Barbosa Lima Sobrinho

**C** OUBE a Gustavo Barroso classificar o Brasil como "colônia de banqueiros". E reuniu dados e informações de nossa história financeira, sem correr o risco de ser chamado "comunista", pois que vinha com o salvo-conduto da Ação Integralista, que já servia de escudo contra a indústria do anticomunismo.

Não era realmente animador o depoimento de nossa História Financeira. O empréstimo chamado da Independência, que o então Ministro da Fazenda, Martim Francisco, combatera com veemência, só se concluiu com o afastamento dos Andradas da direção dos negócios públicos. E por sinal que só foi resgatado 40 anos depois, com recursos que também vieram do estrangeiro. Observa Valentim Bouças que, até 1882, havíamos pago, por 2 milhões de libras recebidas, nada menos de seis milhões, cento e dez mil libras, "mais do triplo", dizia ele. Resultado da imprevidência de um país que cogitava tão-somente do dinheiro a receber, sem se importar com a soma que deveria ser restituída, para liquidação do empréstimo. Houve uma fase em que levamos 20 anos sem pagar as amortizações de nossa dívida externa, de 1830 a 1850.

Não foram poucos os empréstimos tomados para resgatar empréstimos anteriores. Amaro Cavalcanti, registrando que, embora contássemos, à frente dos negócios públicos no Brasil, com "estadistas os mais distintos e competentes", o certo era que, "retirando as vistas dos elevados intuitos, manifestados nos programas e nas teorias, se fôssemos julgar os nossos estadistas pelos "bens realizados", pelos serviços efetivamente "perduráveis", os efetivamente patrióticos, não raro nos acharemos na mais cruel decepção. Dizem o que convém, mas não o fazem; discutem o que há de melhor, mas não o legislam; promulgam leis boas e sábias, mas não as executam."

Por isso Oswaldo Aranha observava que a "história da dívida externa, feita com imparcialidade, haurida nos termos dos contratos e na aplicação efetiva dos empréstimos, é uma lição para a nossa inexperiência e para a orientação dos Governos". Entendendo que já seria difícil um terceiro **funding**, ou consolidação das dívidas contraídas no exterior, não obstante ajustado poucos anos antes, concluía que "cabia ao Governo prever e prover sobre a situação que seria criada ao Brasil, ao vencer-se esse acordo internacional".

É que as dívidas estaduais e municipais, até então ajustadas, estavam com o seu serviço suspenso, comprometendo, no exterior, o crédito de toda a Nação. Por isso chegava Oswaldo Aranha à conclusão de que "a solução a ser procurada devia, pois, compreender toda a dívida brasileira, sem exclusões prejudiciais ao nosso bom nome internacional". E como o Brasil queria sair da situação criada para o cumprimento do terceiro **funding**, mas não para outra operação igualmente inexecutável, Oswaldo Aranha ponderava que "não nos era possível continuar a usar desse expediente, crescendo a nossa dívida com a emissão de novos títulos, **vencendo juros para pagar juros vencidos**. Não era também possível fazer qualquer acordo, **além das nossas possibilidades reais**.

Tudo igual, em todos os tempos. É claro que não seria caso de trocar o nome do Oswaldo Aranha pelo do atual Ministro do Planejamento ou da Fazenda, mas os fatos não mudam, repetindo-se com uma monotonia de causar pena. Também não se alteravam as explica-

ções. Dizia então Oswaldo Aranha, há 50 anos passados, no relatório em que explicava as negociações que acabavam de ser concluídas, que "as causas do novo acordo, expostas nas suas linhas gerais, tinham, ainda, razões mais fortes. O Brasil **nunca pagou seus empréstimos** com seus próprios recursos. Fez sempre **novos** empréstimos para manter os antigos. Os saldos de seu balanço de comércio **não** lhe permitiram **nunca** cobrir o balanço de contas". Para chegar, afinal, a uma conclusão melancólica, que Oswaldo Aranha definiu em termos precisos: "A realidade é que, pagando dívidas com novas dívidas, a nossa política o que fez foi aumentar essas dívidas; ao invés de diminuí-las. Os próprios **funding** não são senão expedientes, artifícios usados para postergar pagamentos, com emissão de títulos, que passam a constituir, praticamente, novos empréstimos".

Num ponto, aliás, o esquema proposto pelo Ministro Oswaldo Aranha, e já aceito pelos nossos credores, continha medida importante, com a redução dos juros que deviam ser pagos. Em vez de 90 milhões de libras esterlinas, o **funding** que ele negociara — pois que se não proibira a negociação da dívida — estabelecia o pagamento de tão-somente 33 milhões, reduzindo, assim, o pagamento de 57 milhões de libras, equivalentes, naquela hora, a 3.421.140.000\$000 ou, em linguagem de gente, a perto de 3 trilhões de contos, importância realmente considerável. Uma redução de quase dois terços da dívida existente.

Talvez a situação atual seja mais grave do que em 1934. Já não sabemos qual a dívida mais difícil de resolver, se a externa, se a interna, com um déficit público que vem resistindo até mesmo à presença e às ordens do Fundo Monetário Internacional. Os problemas tomaram tal vulto, que já nos fugiram as rédeas do comando. Ao que tudo indica, vamos a reboque do FMI. Nem queremos tomar a iniciativa de uma ampla negociação, em que tudo seja estudado, até para saber se temos, ou não, capacidade para o pagamento dos juros que já representam, pelo menos com os dados dos últimos anos, cerca de metade de nossa exportação. Se se exaltou como milagre a obtenção de um saldo, no balanço comercial deste ano, de seis bilhões de dólares, como vamos pagar juros que representam o duplo desse milagre?

Seria bom ouvir de novo as opiniões do Sr. Galbraith, manifestadas num excelente programa de televisão. Com a sua longa experiência de problemas internacionais, ele acha difícil atender aos juros dos empréstimos contraídos pelo Brasil, e chega a adiantar que os credores não ignoram essa realidade, e já estão tomando doses de conformidade. O que todos sentem é a necessidade de pôr as cartas na mesa, pois que não se desconhece que é melhor admitir lealmente a situação inelutável do que andar a inventar desculpas em que não acreditam nem mesmo os que as apresentam.

Não seria o caso de convocar todos os países que não sabem como pagar suas dívidas, não por falta de vontade, mas pela escassez de recursos? Há que procurar soluções que evitem o sacrifício de populações, que nada têm que ver com os empréstimos tomados e que, sobretudo, deles não chegaram a receber nenhum benefício, pois que se destinaram ao pagamento de dívidas anteriores.